

MULHERES INDÍGENAS EM RONDÔNIA: POLÍTICA, EDUCAÇÃO E ATUAÇÃO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

INDIGENOUS WOMEN IN RONDÔNIA: POLITICS, EDUCATION AND ACTION
IN SOCIAL MOVEMENTS

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 18/09/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/789706296](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/789706296)

Sérgio Nunes de Jesus¹

Shyrley de Almeida Alves²

Edmilson Maria de Brito³

Ana Paula dos Santos Oliveira⁴

Reginaldo Conceição da Silva⁵

RESUMO

O estudo analisa a participação política e escolar das mulheres indígenas em Rondônia, articulando educação, território, cultura, organização social e políticas públicas em uma perspectiva histórica e contemporânea. As trajetórias femininas são compreendidas a partir dos saberes tradicionais, da oralidade, dos rituais, da convivência intergeracional e das responsabilidades comunitárias, reconhecendo que a educação ultrapassa os limites da escolarização formal. A Constituição Federal de 1988 e as políticas de Educação Escolar Indígena ampliaram direitos e possibilidades de formação, embora persistam desigualdades estruturais, dificuldades de permanência, mobilidade, formação docente e adequação das políticas às realidades socioculturais. A defesa territorial constitui dimensão fundamental da atuação feminina, pois a terra representa espaço de reprodução social, cultural e política. Paralelamente, associações, movimentos e redes indígenas fortalecem a formação de lideranças, a articulação coletiva e a reivindicação de direitos relacionados à educação, saúde e território. O texto evidencia que escola, participação política e organização comunitária não constituem processos isolados, mas dimensões interdependentes. Assim, a atuação das mulheres indígenas configura-se mediante negociações entre conhecimentos tradicionais, escolarização, políticas estatais, pertencimento territorial e mobilização coletiva, revelando protagonismo na preservação cultural, na defesa dos direitos e na continuidade das comunidades indígenas de Rondônia.

Palavras-chave: Mulheres indígenas; Educação escolar indígena; Participação política; Território; Movimentos sociais.

ABSTRACT

The study analyzes the political and educational participation of Indigenous women in Rondônia by articulating education, territory,

culture, social organization, and public policies from both historical and contemporary perspectives. Women's trajectories are understood through traditional knowledge, orality, rituals, intergenerational coexistence, and community responsibilities, recognizing that education extends beyond the boundaries of formal schooling. The 1988 Federal Constitution and Indigenous School Education policies expanded rights and educational opportunities, although structural inequalities, difficulties related to retention, mobility, teacher education, and the adaptation of policies to sociocultural realities persist. Territorial defense constitutes a fundamental dimension of women's actions, since the land represents a space for social, cultural, and political reproduction. At the same time, Indigenous associations, movements, and networks strengthen leadership development, collective articulation, and the advocacy of rights related to education, health, and territory. The text shows that schooling, political participation, and community organization are not isolated processes, but interdependent dimensions. Thus, the actions of Indigenous women are shaped through negotiations among traditional knowledge, schooling, state policies, territorial belonging, and collective mobilization, revealing their leading role in cultural preservation, the defense of rights, and the continuity of Indigenous communities in Rondônia.

Keywords: Indigenous women; Indigenous School Education; Political participation; Territory; Social movements.

1. INTRODUÇÃO

A análise da participação política e escolar das mulheres indígenas em Rondônia se insere em um campo que articula educação, território e organização social, considerando processos históricos que atravessam desde o contato colonial até a consolidação de

políticas públicas contemporâneas. Nesse percurso, a formação feminina esteve tradicionalmente vinculada à oralidade, aos rituais e à convivência intergeracional, o que evidencia que os processos educativos não se limitam à escola formal, como também discute Luciano (2006) ao tratar da centralidade dos saberes tradicionais. Ao mesmo tempo, estudos etnográficos sobre os povos da região indicam que a organização social e os papéis femininos sempre estiveram associados à transmissão cultural e ao cuidado coletivo, como apontado por Meireles (1983) ao analisar a estrutura social dos povos indígenas de Rondônia.

A partir da CF/1988 e da formulação de diretrizes como o RCNEI (1998), observa-se a ampliação do reconhecimento dos direitos indígenas, especialmente no campo educacional, o que introduz a Educação Escolar Indígena como modalidade específica, diferenciada e intercultural. Esse movimento insere o Estado como agente estruturante da trajetória escolar, embora sua atuação ocorra de forma desigual nos territórios. Nesse sentido, Neves (2012) destaca que a implementação da educação indígena em Rondônia enfrenta desafios relacionados à formação de professores, à produção de material didático e à adequação das políticas às realidades locais. De igual maneira, Grupioni (2006) aponta que a institucionalização da escola indígena implica processos de adaptação e negociação entre modelos educacionais distintos.

No contexto regional, a participação das mulheres indígenas na escola e na política se constrói em meio a condições materiais e territoriais específicas, marcadas por conflitos fundiários, mobilidade limitada e presença desigual do Estado. A análise da territorialidade, conforme proposta por Almeida (2006), permite compreender que as terras indígenas não são apenas espaços físicos, mas territórios de

reprodução social e cultural, o que reforça a centralidade da defesa territorial nas trajetórias femininas. Nesse cenário, dados do ISA, relatórios do CIMI e articulações como APIB e COIAB indicam que educação, política e território se interligam, evidenciando que a atuação das mulheres indígenas se desenvolve em processos contínuos de negociação entre cultura, políticas públicas e organização coletiva.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DOS POVOS INDÍGENAS EM RONDÔNIA

A compreensão da participação política e escolar das mulheres indígenas em Rondônia exige considerar o contexto histórico marcado por processos de contato, deslocamento e reorganização social ao longo do século XX, sobretudo com a intensificação das frentes de colonização na região amazônica. Dados recentes indicam que o estado abriga dezenas de povos indígenas distribuídos em diferentes Terras Indígenas, com forte diversidade sociocultural, o que implica formas distintas de organização coletiva, como também apontam levantamentos do ISA. Nesse cenário, a organização social tradicional manteve a centralidade das mulheres na transmissão cultural e na produção cotidiana, como discutido por Meireles (1983), evidenciando que a atuação feminina sempre esteve vinculada à reprodução social e ao cuidado comunitário.

A partir da CF/1988 e da implementação de políticas como o RCNEI (1998), observa-se a ampliação do papel do Estado na educação indígena, com a criação de diretrizes voltadas à Educação Escolar Indígena diferenciada. Entretanto, como destaca Neves (2012), essa implementação ocorre de forma desigual, marcada por limitações estruturais e dificuldades na formação docente e na produção de

material didático específico. Ao mesmo tempo, iniciativas recentes mostram a presença crescente das mulheres em espaços institucionais e produtivos, como a participação de representantes de 56 povos indígenas em assembleias estaduais para discussão de políticas públicas, além de ações de formação e geração de renda apoiadas por órgãos como a Funai.

No plano territorial, a atuação das mulheres indígenas se articula diretamente às condições materiais e à defesa da terra, em um contexto marcado por conflitos e disputas fundiárias. A análise da territorialidade proposta por Almeida (2006) permite compreender que as Terras Indígenas constituem espaços de reprodução social, cultural e política, o que reforça a centralidade da luta territorial. Ao mesmo tempo, iniciativas como a organização de associações de mulheres e a participação em eventos produtivos e culturais, incluindo feiras e projetos apoiados pelo governo estadual, indicam que a atuação feminina se desenvolve em múltiplas frentes, conectando educação, economia e política em processos contínuos de organização coletiva.

Figura 1. Assembleia Geral das Mulheres Indígenas de Rondônia discute políticas públicas com o tema “Reconstrução e Resistência”.

Com o tema “Reconstrução e Resistência”, Assembleia Geral das Mulheres Indígenas de Rondônia discute políticas públicas

16 de setembro de 2024 | Governo do Estado de Rondônia



Mulheres representantes de 56 povos indígenas de Rondônia se reúnem para discutir políticas públicas voltadas aos povos indígenas

Fonte: Governo do Estado de Rondônia, 2024. Disponível em:

<https://rondonia.ro.gov.br/com-o-tema-reconstrucao-e-resistencia-assembleia-geral-das-mulheres-indigenas-de-rondonia-discute-politicas-publicas/>

Acesso em: 27 abr. 2026.

A Figura 1 apresenta a Assembleia Geral das Mulheres Indígenas de Rondônia, reunindo representantes de diferentes povos em um espaço coletivo de debate e expressão cultural. Observa-se que a organização do encontro combina elementos tradicionais, como vestimentas e práticas culturais, com a participação em discussões sobre políticas públicas, o que evidencia a articulação entre cultura e atuação política.

3. FATORES QUE INFLUENCIAM A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E ESCOLAR DAS MULHERES INDÍGENAS EM RONDÔNIA

3.1. A Cultura e a Tradição Como Fatores de Influência na Participação Política e Escolar das Mulheres Indígenas

A cultura e a tradição constituem dimensões fundamentais para compreender a participação política e escolar das mulheres indígenas em Rondônia, pois organizam formas de pertencimento, transmissão de saberes e relações de autoridade no interior das comunidades. Antes da consolidação da escola indígena como política pública, a formação das mulheres ocorria por meio da oralidade, dos rituais e da convivência intergeracional, no interior das aldeias. Nesse sentido, Gersem Baniwa aponta que [...] “a tradição oral e os rituais são as principais formas de transmissão de conhecimento nas sociedades indígenas” [...] (Luciano, 2006, p. 49), o que evidencia a centralidade desses elementos na constituição das práticas educativas.

Ao considerar o contexto histórico de Rondônia, observa-se que os povos indígenas vivenciaram intensos processos de contato desde o período colonial até o século XX, com a expansão de frentes extrativistas, missionárias e agropecuárias. Antonio Carlos Meireles descreve esse percurso como marcado por deslocamentos forçados e reconfigurações sociais, indicando que as comunidades reorganizam suas estruturas diante das pressões externas (Meireles, 1983). Nesse cenário, a participação feminina na política e na escola não pode ser dissociada dessas transformações, uma vez que a tradição se mantém em constante diálogo com mudanças impostas pelo contato.

A divisão social do trabalho nas comunidades indígenas organiza atividades que envolvem cuidado, produção agrícola, preparação de alimentos e transmissão cultural. Essas responsabilidades

influenciam diretamente a presença das mulheres na escola formal e em espaços políticos institucionais, pois demandam tempo e dedicação cotidiana. Entretanto, essas mesmas funções conferem legitimidade social, visto que as mulheres acumulam conhecimentos essenciais à manutenção da vida comunitária, como práticas de cura, educação das crianças e preservação da língua.

A análise de Rita Segato contribui para compreender as transformações nas relações de gênero ao longo do tempo. A autora afirma que as sociedades indígenas apresentavam formas próprias de organização de gênero, distintas da lógica ocidental, indicando que [...] “existia gênero, porém de uma forma diferente da modernidade colonial” [...] (Segato, 2012, p. 116-117). Essa leitura permite entender que a colonização intensificou hierarquias e redefiniu papéis sociais, impactando a participação feminina nos espaços públicos.

A partir da Constituição Federal de 1988, observa-se uma mudança no reconhecimento dos direitos indígenas, incluindo o direito à educação diferenciada. Em 1998, o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas consolidou diretrizes voltadas à valorização das culturas e línguas originárias. Conforme o documento, [...] “sua função é formativa e não normativa” [...] (Brasil, 1998, p. 5), o que orienta a construção de práticas pedagógicas alinhadas às especificidades culturais de cada povo.

No contexto de Rondônia, esses marcos se articulam aos dados educacionais levantados ao longo do tempo. Em 2017, foram registradas 118 escolas indígenas, com 3.637 alunos e 332 professores, incluindo 240 docentes indígenas distribuídos em 13 Núcleos de Educação Indígena. Em 2024, os dados indicam 104 escolas

indígenas e 3.708 estudantes, enquanto em 2025 a Secretaria de Educação registra aproximadamente 4.700 estudantes e cerca de 650 professores. Esses números permitem observar a expansão da escolarização indígena, ainda que marcada por desafios estruturais e culturais.

A língua assume um papel central nesse processo, pois articula identidade, pertencimento e acesso à educação formal. Nas comunidades, a língua indígena sustenta a transmissão de saberes e valores culturais, enquanto o português se torna necessário para a interação com instituições externas. Esse cenário produz uma tensão constante, na qual o letramento pode funcionar tanto como barreira quanto como instrumento de mediação entre a aldeia e o Estado.

A participação política das mulheres indígenas também se amplia por meio de organizações coletivas e movimentos sociais. Patrícia Sacchi analisa esse processo ao destacar que as mulheres constroem espaços próprios de atuação dentro do movimento indígena, articulando pautas relacionadas à educação, saúde, território e direitos sociais (Sacchi, 2008). Nesse sentido, siglas como COIAB, APIB, OMIR, MMIR, SITUAKURI indicam formas de organização que fortalecem a atuação feminina em diferentes níveis.

A relação entre cultura, tradição e participação política e escolar das mulheres indígenas em Rondônia se configura, portanto, como um processo dinâmico, no qual práticas ancestrais e exigências contemporâneas se articulam continuamente. A presença das mulheres na escola e nos espaços políticos se desenvolve em diálogo com suas responsabilidades comunitárias, com o domínio

da língua e com o acesso às políticas públicas, evidenciando trajetórias que conectam conhecimento tradicional e atuação institucional.

3.1.1. Papéis de Gênero e Organização Social nos Povos Indígenas de Rondônia

A organização social dos povos indígenas em Rondônia se estrutura a partir de relações coletivas que articulam território, parentesco e divisão de tarefas, no interior das quais os papéis de gênero se definem por práticas cotidianas e saberes transmitidos entre gerações. Nesse contexto, a formação das mulheres ocorre no convívio comunitário, na participação em atividades produtivas e na aprendizagem por observação e escuta, o que indica que o conhecimento não se limita ao espaço escolar. Como afirma Luciano, [...] “a tradição oral e os rituais são as principais formas de transmissão de conhecimento nas sociedades indígenas” [...] (Luciano, 2006, p. 49), evidenciando que a educação se desenvolve de forma integrada à vida social.

Ao considerar o percurso histórico da região, marcado por ciclos econômicos como a borracha e pela expansão de frentes de ocupação ao longo do século XX, observa-se que essas formas de organização foram impactadas por deslocamentos, conflitos territoriais e imposições externas. Esse processo não elimina as estruturas tradicionais, mas introduz reconfigurações nas relações sociais, inclusive na distribuição de tarefas entre homens e mulheres. Nesse sentido, a organização social indígena passa a responder simultaneamente às demandas internas e às pressões externas.

A divisão sexual do trabalho, nesse cenário, organiza atividades ligadas à roça, à coleta, ao preparo de alimentos, ao cuidado com as crianças e à manutenção da vida doméstica. Essas funções estruturam o cotidiano feminino e influenciam diretamente o tempo disponível para a participação em atividades escolares e políticas. A permanência prolongada na aldeia, associada a essas responsabilidades, pode dificultar deslocamentos para espaços institucionais, como reuniões, conferências e processos formativos fora do território.

Entretanto, essas mesmas atividades conferem reconhecimento e legitimidade social às mulheres, sobretudo quando relacionadas à saúde tradicional, à produção artesanal e à espiritualidade. O domínio de conhecimentos sobre plantas medicinais, práticas de cuidado e rituais fortalece a autoridade feminina no interior das comunidades, configurando formas de liderança que não dependem de cargos formais. Assim, a atuação política não se restringe à esfera institucional, mas se expressa em práticas cotidianas que orientam decisões coletivas.

A compreensão dessas dinâmicas exige considerar as transformações introduzidas pela colonização. Segato analisa esse processo ao indicar que as sociedades indígenas possuíam formas próprias de organização de gênero, distintas da lógica ocidental.

A intrusão colonial não apenas introduz uma nova forma de dominação, mas reorganiza o campo do gênero, convertendo dualidades complementares em hierarquias mais rígidas. O que antes se articulava em sistemas de reciprocidade passa a ser interpretado sob a lógica da desigualdade, associada à privatização da esfera doméstica e à masculinização do espaço público, o que altera profundamente a posição das mulheres nas comunidades (Segato, 2012, p. 116-117).

Essa leitura permite compreender que a desigualdade de gênero não pode ser analisada de forma isolada, pois está vinculada a processos históricos mais amplos que envolvem colonialidade, território e relações de poder.

A inserção da escola indígena, especialmente após a Constituição de 1988 e a formulação do RCNEI em 1998, introduz novos elementos nessa organização social. A exigência de frequência escolar, o uso do português e a adaptação a calendários institucionais interferem na divisão do tempo das mulheres. O próprio RCNEI reconhece essa necessidade de adequação ao afirmar que a educação indígena deve ter [...] “função formativa e não normativa” [...] (Brasil, 1998, p. 5), o que indica a tentativa de conciliar escola e cultura.

No caso de Rondônia, os dados educacionais entre 2017 e 2025 mostram a ampliação da presença escolar nas aldeias, com crescimento no número de estudantes e professores indígenas. Esse processo inclui a participação feminina tanto na condição de aluna quanto de docente, o que modifica as formas de circulação das mulheres entre aldeia e cidade. Ao mesmo tempo, a sobreposição

de responsabilidades permanece como um desafio, pois a escolarização não substitui as tarefas comunitárias já existentes.

A ampliação do acesso à escola também se relaciona à participação política, uma vez que o domínio da leitura, da escrita e da língua portuguesa permite maior interação com instituições externas. Assim, Bergamaschi observa que a experiência indígena no ensino formal envolve um [...] “duplo pertencimento, acadêmico e étnico-comunitário” [...] (Bergamaschi *et al.*, 2018, p. 46), o que indica que a trajetória educacional não rompe com a vida na aldeia, mas se articula a ela de forma contínua.

Os papéis de gênero e a organização social nos povos indígenas de Rondônia se configuram como um campo de negociação permanente, no qual responsabilidades cotidianas, saberes tradicionais e exigências institucionais se entrelaçam. A atuação feminina na roça, no cuidado, na transmissão cultural e na espiritualidade se conecta à presença na escola e em espaços políticos, compondo trajetórias que não seguem uma linha única, mas se constroem a partir das condições concretas de vida e das escolhas realizadas no interior das comunidades.

3.1.2. Instâncias Tradicionais de Poder e Formação Política Feminina

As instâncias tradicionais de poder nos povos indígenas de Rondônia se organizam por meio de estruturas coletivas que envolvem conselhos de anciãos, casas de reza e práticas rituais, nas quais a participação feminina se insere de forma articulada ao cotidiano comunitário. Essas estruturas funcionam como espaços de orientação e decisão, nos quais jovens aprendem normas, valores e

formas de atuação social desde cedo. Como indica Luciano, [...] “os conhecimentos são produzidos e transmitidos no cotidiano, nas práticas coletivas e nos rituais” [...] (Luciano, 2006, p. 212-213), o que permite compreender que a formação política se desenvolve fora dos moldes institucionais formais.

No interior dessas estruturas, os conselhos de anciãs assumem relevância ao reunir mulheres mais velhas que orientam decisões relacionadas à vida comunitária. Essa atuação envolve a mediação de conflitos, a organização do trabalho e a transmissão de saberes às gerações mais jovens. Sacchi analisa esse processo ao destacar que as mulheres indígenas constroem formas próprias de organização política no interior de suas comunidades, articulando demandas coletivas e experiências de gênero (Sacchi, 2008).

As casas de reza e os espaços espirituais também configuram ambientes de aprendizagem, nos quais as mulheres participam de rituais e se inserem em redes de conhecimento que articulam território, espiritualidade e organização social. Nesse contexto, a participação feminina não se restringe a funções simbólicas, pois envolve práticas que orientam decisões coletivas e sustentam a coesão do grupo. Essa dinâmica se relaciona com a análise de Meireles, que descreve a organização social indígena em Rondônia como baseada em relações comunitárias e sistemas próprios de autoridade (Meireles, 1983).

Os ritos de passagem marcam momentos específicos na trajetória das mulheres, indicando transições entre fases da vida e redefinições de responsabilidades sociais. Esses ritos introduzem as jovens em circuitos de participação mais amplos, nos quais passam a assumir funções relacionadas ao cuidado, à produção e à

transmissão cultural. Potiguara aborda essas transformações ao tratar da experiência feminina indígena como marcada por processos de memória, resistência e reconstrução identitária (Potiguara, 2018).

A análise de Segato permite compreender que essas formas de organização não seguem o modelo hierárquico da política institucional moderna, pois se estruturam em sistemas de reciprocidade e complementaridade, uma vez que [...] “a intrusão colonial reorganiza o campo do gênero, convertendo dualidades complementares em hierarquias mais rígidas e associadas à lógica do poder estatal” [...] (Segato, 2012, p. 116-117). Essa perspectiva indica que as instâncias tradicionais devem ser analisadas em sua própria lógica, sem a imposição de categorias externas.

A inserção da escola formal nas aldeias introduz novos elementos que dialogam e, em alguns casos, entram em tensão com essas instâncias. O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas reconhece a necessidade de articulação entre educação escolar e cultura ao afirmar que a escola deve respeitar as especificidades dos povos indígenas, tendo [...] “função formativa e não normativa” [...] (Brasil, 1998, p. 5). Esse princípio aponta para a possibilidade de integração entre saberes tradicionais e ensino formal.

No campo da participação política institucional, a presença de mulheres indígenas em associações, conselhos e candidaturas amplia o alcance de sua atuação, mas também exige negociação com formas tradicionais de autoridade. Biroli contribui para essa análise ao definir que a violência política contra mulheres envolve [...] *“physical, sexual, psychological, symbolic, and economic violence”* [...]

(Biroli, 2016, p. 581-582), o que permite compreender os desafios enfrentados por mulheres indígenas ao ingressarem em espaços institucionais.

A experiência de mulheres indígenas no ensino superior também reconfigura essas dinâmicas, pois introduz novas formas de atuação política. Logo, Bergamaschi destaca que essas trajetórias envolvem um [...] “duplo pertencimento, acadêmico e étnico-comunitário” [...] (Bergamaschi *et al.*, 2018, p. 46), indicando que a formação acadêmica não substitui os vínculos comunitários, mas se articula a eles. Essa condição influencia a maneira como essas mulheres participam das decisões em suas comunidades.

A reflexão de Matos amplia essa discussão ao questionar a universalização da categoria “mulher” e propor uma leitura situada a partir do Sul global, indicando que [...] “é necessário construir um novo frame interpretativo que considere as especificidades históricas e culturais” [...] (Matos, 2010, p. 69). Nesse cenário, as instâncias tradicionais de poder e os espaços institucionais se relacionam de forma dinâmica, produzindo trajetórias que articulam rituais, escola e participação política em contextos marcados pela diversidade cultural e pela continuidade das práticas comunitárias.

3.1.3. Língua, Oralidade e Letramento: Barreiras e Pontes

A vulnerabilidade territorial constitui um dos principais fatores que estruturam a atuação política das mulheres indígenas em Rondônia, pois está diretamente relacionada às condições materiais de existência das comunidades. A pressão sobre as terras indígenas, associada a invasões, garimpo ilegal, grilagem e exploração de recursos naturais, interfere na organização social e redefine

prioridades coletivas. Nesse contexto, a defesa do território se apresenta como eixo central da mobilização política, articulando dimensões ambientais, culturais e sociais.

A base de dados do Instituto Socioambiental evidencia que os povos indígenas em Rondônia apresentam grande diversidade populacional e territorial, incluindo grupos com populações reduzidas, como Akuntsu e Arikapú, e outros com presença interestadual, como Apurinã (ISA, 2024). Essa heterogeneidade amplia a complexidade da proteção territorial, pois territórios com baixa densidade populacional tendem a enfrentar maior vulnerabilidade diante de invasões e atividades ilegais, o que exige vigilância constante das próprias comunidades.

Os relatórios do Conselho Indigenista Missionário indicam que os anos de 2023 e 2024 permaneceram marcados por invasões, exploração ilegal e ausência de proteção estatal efetiva, inclusive em áreas com registros de povos isolados (CIMI, 2024). Esse cenário evidencia que a morosidade nos processos de demarcação e a fragilidade da fiscalização contribuem para a continuidade dos conflitos, criando um ambiente no qual a atuação política se torna uma necessidade cotidiana.

A noção de territorialidade proposta por Almeida permite compreender que as terras indígenas não se definem apenas por limites jurídicos, mas por relações históricas e simbólicas entre os povos e seus espaços (Almeida, 2006). O território, nesse sentido, se vincula à reprodução cultural, à organização social e à continuidade dos modos de vida, o que amplia o significado da sua defesa para além da dimensão legal.

A atuação das mulheres indígenas nesse contexto se intensifica na medida em que a vulnerabilidade territorial afeta diretamente as atividades sob sua responsabilidade, como produção de alimentos, cuidado com as crianças e manutenção das práticas culturais. Quando o território é ameaçado, essas funções são impactadas, o que leva à ampliação da presença feminina em espaços de mobilização, denúncia e articulação política.

No plano jurídico, o Decreto nº 6.040/2007 reconhece que os povos e comunidades tradicionais dependem de seus territórios para a reprodução social, cultural e econômica (Brasil, 2007). Esse reconhecimento normativo reforça a centralidade da terra nas políticas públicas, contudo a distância entre a legislação e sua efetivação se expressa na continuidade dos conflitos, exigindo que as próprias comunidades atuem na defesa de seus direitos.

A articulação política em nível nacional também incorpora essa centralidade ao vincular território e existência. O Dossiê Internacional de Mulheres Indígenas afirma que a luta indígena envolve [...] “vidas, corpos e territórios” [...] (APIB, 2021, p. 6), indicando que a violência territorial não se limita ao espaço físico, mas alcança dimensões corporais, culturais e simbólicas. Essa formulação contribui para compreender por que a defesa da terra se torna eixo estruturante da agenda política feminina.

A relação entre território e outras dimensões, como educação e participação política, pode ser observada quando se articulam os dados educacionais de Rondônia. Entre 2017 e 2025, o número de estudantes indígenas passou de 3.637 para cerca de 4.700, com variações na quantidade de escolas e professores ao longo dos anos (SEDUC-RO). Esse crescimento ocorre em um contexto de

instabilidade territorial, o que indica que o acesso à educação e a permanência escolar dependem também das condições de segurança e estabilidade nas aldeias.

A vulnerabilidade territorial, portanto, organiza a atuação política das mulheres indígenas ao estabelecer condições concretas que exigem mobilização constante, na medida em que a defesa da terra se articula à proteção da vida comunitária, à continuidade cultural e ao acesso a direitos sociais, configurando trajetórias nas quais participação política, educação e território se encontram diretamente interligados.

3.2. O Estado e as Políticas Públicas Como Fatores Estruturantes da Trajetória Escolar

3.2.1. Educação Escolar Indígena em Rondônia: Oferta, Qualidade e Diferenciação

A Educação Escolar Indígena em Rondônia se estrutura como resultado de processos históricos que articulam demandas dos povos indígenas e a atuação do Estado, configurando um campo no qual a escolarização assume características específicas, diferenciadas e vinculadas à diversidade cultural. A consolidação desse modelo ocorre, sobretudo, a partir do reconhecimento constitucional de 1988, que estabelece o direito à educação respeitando línguas, culturas e formas próprias de organização social.

No plano normativo, o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas estabelece diretrizes para a construção de uma educação voltada às especificidades dos povos indígenas, indicando que a escola deve respeitar suas formas de conhecimento e

organização social. O documento afirma que a educação indígena possui [...] “função formativa e não normativa” [...] (Brasil, 1998, p. 5), o que aponta para uma proposta que não impõe modelos homogêneos, mas busca dialogar com contextos culturais diversos.

A partir dessa orientação, a Educação Escolar Indígena passa a ser definida como específica, diferenciada, intercultural e bilíngue, o que implica reconhecer a coexistência de saberes tradicionais e conhecimentos escolares. Grupioni (2006) contribui para essa discussão ao indicar que a formação de professores indígenas e a organização da escola devem considerar trajetórias próprias, evitando a simples reprodução de modelos externos. Essa perspectiva orienta políticas voltadas à construção de currículos que dialoguem com as realidades locais.

No contexto de Rondônia, a implementação dessas diretrizes apresenta variações ao longo do tempo, refletindo tanto avanços quanto limitações na atuação estatal. Em 2017, foram registradas 118 escolas indígenas, com 3.637 alunos e 332 professores, incluindo 240 docentes indígenas distribuídos em 13 Núcleos de Educação Indígena (SEDUC-RO, 2017). Esses dados indicam uma rede educacional já consolidada, ainda que marcada por desafios relacionados à infraestrutura e à formação docente.

Em publicação de 2024, a rede estadual passou a registrar 104 escolas indígenas e 3.708 estudantes, o que evidencia uma redução no número de unidades escolares, ao mesmo tempo em que se observa crescimento no número de matrículas (SEDUC-RO, 2024). Essa oscilação sugere reorganizações administrativas e possíveis mudanças na distribuição das escolas, o que impacta diretamente o acesso das comunidades à educação.

Em nota de 2025, a Secretaria de Educação indica cerca de 4.700 estudantes indígenas e aproximadamente 650 professores, o que demonstra ampliação da presença escolar e crescimento do corpo docente (SEDUC-RO, 2025). Esse aumento evidencia a expansão da escolarização indígena, ao mesmo tempo em que reforça a necessidade de políticas voltadas à formação específica de professores e à produção de materiais didáticos adequados.

A análise de Neves (2012) permite compreender que a Educação Escolar Indígena em Rondônia enfrenta desafios relacionados à oferta, à qualidade e à adequação pedagógica, incluindo limitações na formação docente, escassez de materiais bilíngues e dificuldades na implementação de currículos interculturais. Essas condições indicam que a presença da escola nas aldeias não garante, por si só, uma educação alinhada às especificidades culturais.

No plano normativo estadual, a resolução do Conselho Estadual de Educação de Rondônia, publicada em 2026, reafirma que a Educação Escolar Indígena deve ser “intercultural bilíngue ou multilíngue” (Rondônia, 2026, p. 2), incorporando princípios que valorizam a oralidade, a história indígena e a produção de materiais didáticos próprios. Essa diretriz reforça a necessidade de articulação entre políticas públicas e práticas comunitárias.

A relação entre oferta e qualidade da educação indígena se manifesta também na presença de professores indígenas nas escolas, o que contribui para a aproximação entre ensino formal e cultura local. A formação desses docentes, entretanto, depende de políticas continuadas que considerem as especificidades linguísticas e culturais das comunidades, o que permanece como desafio no contexto regional.

A Educação Escolar Indígena em Rondônia se configura, portanto, como um campo em constante transformação, no qual a atuação do Estado se articula a demandas locais, produzindo avanços e oscilações na oferta, na qualidade e na organização pedagógica, ao mesmo tempo em que as comunidades indígenas seguem negociando formas de integrar a escola às suas práticas culturais e sociais.

3.2.2. Ensino Superior e Ações Afirmativas: Cotas, Permanência e Maternidade

O acesso de estudantes indígenas ao ensino superior no Brasil se amplia a partir da Lei nº 12.711/2012, que institui políticas de reserva de vagas em instituições federais, incluindo universidades e institutos. Esse marco altera o perfil do ensino superior ao possibilitar a entrada de grupos historicamente excluídos, entre eles mulheres indígenas, cuja presença passa a ser mais significativa em instituições como a Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO). Nesse sentido, Luciano (2006) indica que a escolarização indígena contemporânea se relaciona a uma necessidade “pós-contato”, vinculada à inserção em espaços institucionais.

A ampliação do acesso, contudo, não se traduz automaticamente em permanência, pois a política de ingresso não resolve problemas relacionados à adaptação acadêmica e às condições materiais de vida. Programas como o Programa Bolsa Permanência procuram enfrentar essa questão ao garantir apoio financeiro, reconhecendo especificidades desses estudantes, definidos como “estudantes indígenas e quilombolas” (Brasil, 2013, p. 1). Essa política evidencia a

tentativa do Estado de responder às desigualdades no ensino superior.

A literatura aponta que o número de estudantes indígenas no ensino superior cresceu significativamente nas últimas décadas, passando de cerca de 1.300 em 2004 para aproximadamente 8 mil em 2012. Bergamaschi (*et al.*, 2018) destaca que esse crescimento se vincula às ações afirmativas, embora a permanência continue sendo um desafio central, marcado por dificuldades estruturais e institucionais.

A permanência dessas estudantes envolve dimensões que ultrapassam o ambiente acadêmico, pois exige conciliar estudos, vínculos comunitários e responsabilidades familiares. Nesse contexto, Bergamaschi (*et al.*, 2018, p. 46) afirma que a experiência indígena no ensino superior implica um [...] “duplo pertencimento, acadêmico e étnico-comunitário” [...], o que evidencia a coexistência de diferentes formas de pertencimento e compromisso.

Entre as barreiras enfrentadas pelas mulheres indígenas, a maternidade assume destaque, uma vez que muitas estudantes são mães e precisam conciliar o cuidado com os filhos e a rotina acadêmica. A ausência de políticas específicas, como creches universitárias, amplia as dificuldades de permanência. Essa condição pode ser analisada à luz da crítica de Matos, que aponta a limitação de políticas públicas que não consideram as especificidades de gênero e contexto social, propondo a construção de um [...] “novo frame do Sul global” [...] (Matos, 2010, p. 69).

A distância da família e da aldeia também interfere na permanência, pois o deslocamento para centros urbanos implica ruptura com

redes de apoio comunitário. Essa condição afeta o cotidiano das estudantes, que passam a lidar com isolamento e dificuldades de adaptação. Nesse sentido, Sacchi (2008) observa que a participação das mulheres indígenas em espaços externos envolve tensões entre pertencimento comunitário e inserção institucional.

O racismo institucional se manifesta como outra barreira relevante, presente em práticas cotidianas que incluem desvalorização de saberes indígenas, dificuldades de comunicação e questionamento da legitimidade das estudantes no espaço acadêmico. Essas situações se expressam em interações em sala de aula, na relação com professores e na ausência de reconhecimento das especificidades culturais, o que contribui para processos de silenciamento e afastamento. Nesse sentido, como analisa Biroli (2016), a exclusão política e social das mulheres pode ocorrer por meio de mecanismos simbólicos que limitam sua participação e restringem sua presença em espaços institucionais.

Apesar dessas dificuldades, o acesso ao ensino superior produz impactos na atuação política das mulheres indígenas, pois amplia o domínio de instrumentos como leitura, escrita e elaboração de projetos. Kaxuyana; Ferreira, (2019) destaca que muitas mulheres indígenas utilizam a escolarização como estratégia para fortalecer a defesa de seus povos, articulando conhecimento acadêmico e experiência comunitária.

A formação acadêmica também reconfigura a posição das mulheres nas comunidades, pois o diploma pode ser reconhecido como elemento de autoridade, associado à capacidade de representação política. Nesse contexto, Silva (2016) analisa que a participação

feminina se expande para além das instâncias tradicionais, incorporando novos espaços de poder e decisão.

O ensino superior e as políticas de ações afirmativas se configuram, portanto, como fatores que reorganizam a trajetória das mulheres indígenas, ao ampliar o acesso à educação e à participação política, ao mesmo tempo em que evidenciam limites estruturais relacionados à permanência, à maternidade e ao racismo institucional, compondo um cenário no qual a formação acadêmica se articula às demandas coletivas e às estratégias de atuação política das comunidades.

3.2.3. Políticas para Mulheres: Entre a Invisibilidade e a Instrumentalização

As políticas públicas voltadas às mulheres no Brasil se estruturam, em grande parte, a partir de categorias amplas que não consideram diferenças étnicas e territoriais, o que impacta diretamente a inclusão de mulheres indígenas. No nível local, órgãos como secretarias municipais e conselhos tendem a operar com recortes generalistas, o que limita o reconhecimento das especificidades indígenas. Nesse sentido, Matos (2010) propõe um [...] “novo frame do Sul global” [...] (Matos, 2010, p. 69), indicando que políticas universais podem obscurecer desigualdades quando não consideram contextos específicos.

No estado de Rondônia, a implementação dessas políticas ocorre em articulação com estruturas institucionais como conselhos municipais, frequentemente vinculados à assistência social. Entretanto, essas iniciativas muitas vezes classificam as mulheres indígenas dentro de categorias mais amplas, como ‘mulheres do

campo', o que reduz a visibilidade de suas demandas. Sacchi (2008) analisa que a organização política das mulheres indígenas se desenvolve, em parte, como resposta a essa ausência de reconhecimento dentro das políticas públicas.

A ausência de recortes específicos impacta diretamente a organização das mulheres indígenas, pois limita o acesso a programas e espaços de decisão. Nesse contexto, Luciano (2006) destaca que os direitos das mulheres indígenas devem ser compreendidos de forma articulada ao pertencimento coletivo, evitando abordagens individualizantes que não dialogam com a organização comunitária.

No plano nacional, instâncias como a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM) e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) formulam diretrizes para promoção da igualdade de gênero, porém com limitações na incorporação de recortes indígenas. Essa lacuna se reflete na implementação local, evidenciando o que Matos (2010) descreve como tendência à universalização de categorias sociais, que desconsidera diferenças estruturais.

As articulações indígenas em nível nacional buscam responder a essa invisibilidade por meio de organizações como APIB e COIAB, que incluem departamentos específicos de mulheres. Essas instâncias permitem a formulação de pautas próprias, relacionadas à saúde, educação e território. Kaxuyana; Ferreira (2019) indicam que essas articulações fortalecem a atuação política feminina ao conectar experiências locais a redes mais amplas.

A invisibilidade também se manifesta na forma como políticas públicas são operacionalizadas, pois programas podem ser implementados sem considerar a diversidade de contextos culturais. Bergamaschi *et al.* (2018) apontam que a permanência de estudantes indígenas em instituições depende do reconhecimento de suas especificidades, o que pode ser estendido à análise de políticas públicas em geral.

Ao mesmo tempo, observa-se um processo de instrumentalização das mulheres indígenas, quando sua participação é incentivada de forma pontual, sem garantia de continuidade. Esse cenário pode ser interpretado à luz da análise de Biroli (2016), que discute formas simbólicas de exclusão, nas quais a participação feminina é limitada por estruturas institucionais que não garantem efetiva autonomia.

A participação em conselhos municipais evidencia essas limitações, pois a presença de mulheres indígenas nesses espaços ainda é reduzida. Fatores como distância das aldeias e ausência de apoio institucional dificultam essa inserção. Nesse contexto, Neves (2012) aponta que políticas públicas voltadas à educação e organização indígena enfrentam desafios relacionados à implementação e ao acesso efetivo.

As estratégias de enfrentamento dessas limitações se constroem por meio da organização coletiva, na qual mulheres indígenas articulam saberes tradicionais e práticas institucionais. Potiguara (2018) aborda essa dimensão ao tratar da experiência feminina indígena como marcada por processos de resistência, memória e reconstrução, indicando que a atuação política se vincula à trajetória histórica dos povos indígenas.

As políticas para mulheres se configuram, portanto, como campo de disputa, no qual invisibilidade e instrumentalização coexistem com processos de organização e resistência. A análise dessas dinâmicas permite compreender que a participação das mulheres indígenas depende do reconhecimento de suas especificidades culturais e territoriais, bem como da construção de espaços institucionais que possibilitem sua atuação de forma mais autônoma e articulada às demandas coletivas.

3.3. Território, Mobilidade e Segurança Como Condições Materiais da Organização Política

3.3.1. Vulnerabilidade Territorial e Agenda Política das Lideranças Femininas

A vulnerabilidade territorial constitui um fator central para compreender a organização política das mulheres indígenas em Rondônia, uma vez que as disputas sobre terra afetam diretamente as condições de vida nas aldeias. As pressões decorrentes de invasões, garimpo ilegal e grilagem impõem um cenário de instabilidade que exige mobilização constante das comunidades. Nesse contexto, a atuação política se vincula à necessidade de proteger o território como base da reprodução social e cultural, conforme indicam dados sistematizados pelo ISA (2024).

A diversidade dos povos indígenas em Rondônia, evidenciada pela base do ISA, revela que as terras indígenas apresentam características distintas em termos de população e extensão territorial, o que implica diferentes níveis de vulnerabilidade. Povos com menor densidade populacional tendem a enfrentar maior dificuldade na vigilância de seus territórios, o que amplia a exposição

a atividades ilegais e intensifica a necessidade de organização interna para defesa territorial (ISA, 2024).

Os relatórios do CIMI registram que os anos recentes permanecem marcados por invasões, exploração ilegal de recursos naturais e violência contra povos indígenas, incluindo áreas localizadas em Rondônia. Esses documentos indicam que a morosidade nos processos de demarcação e a fragilidade da fiscalização estatal contribuem para a continuidade dos conflitos, configurando um cenário em que a defesa do território se torna uma atividade permanente (CIMI, 2024).

A noção de territorialidade proposta por Almeida permite compreender que as terras indígenas não se restringem a delimitações jurídicas, mas envolvem relações históricas, culturais e simbólicas entre os povos e seus espaços (Almeida, 2006). Essa perspectiva amplia o entendimento do território como elemento estruturante da organização social, o que implica que sua defesa se relaciona diretamente à manutenção das práticas culturais e das formas de vida comunitária.

Nesse contexto, a atuação das mulheres indígenas se intensifica na medida em que a vulnerabilidade territorial afeta atividades sob sua responsabilidade, como produção de alimentos, cuidado com as crianças e transmissão cultural. A defesa do território passa a integrar suas agendas, deslocando prioridades e ampliando sua presença em mobilizações, assembleias e articulações políticas, como analisado por Sacchi (2008) ao tratar da participação feminina no movimento indígena.

A relação entre território e políticas públicas também se evidencia no Decreto nº 6.040/2007, que reconhece a importância das terras tradicionalmente ocupadas para a reprodução social e cultural dos povos indígenas (Brasil, 2007). Esse reconhecimento jurídico reforça a centralidade da terra, embora sua implementação enfrente limitações práticas, o que mantém a necessidade de mobilização comunitária.

A articulação política das mulheres indígenas em torno da defesa territorial se expressa em diferentes níveis, incluindo participação em organizações regionais e nacionais. O Dossiê Internacional de Mulheres Indígenas destaca essa relação ao afirmar [...] “vidas, corpos e territórios” [...] (APIB, 2021, p. 6), indicando que a violência territorial afeta diretamente a existência física e cultural das mulheres indígenas.

A atuação feminina nesse cenário se relaciona também à circulação entre diferentes espaços, incluindo aldeias, cidades e instâncias institucionais. Essa mobilidade implica custos materiais e desafios logísticos, que se somam às responsabilidades já existentes, influenciando a forma como as mulheres participam de reuniões, conferências e processos políticos mais amplos, conforme discutido por Bergamaschi *et al.* (2018) no contexto de permanência e deslocamento.

A vulnerabilidade territorial se articula ainda a dimensões simbólicas e políticas, na medida em que a defesa da terra envolve enfrentamento a estruturas de poder externas. Segato (2012) contribui para essa análise ao indicar que a colonialidade reorganiza relações sociais e amplia desigualdades, o que se reflete nas disputas contemporâneas sobre território e autoridade.

A vulnerabilidade territorial, portanto, organiza a agenda política das mulheres indígenas ao estabelecer condições concretas que exigem mobilização contínua, na medida em que a defesa da terra se conecta à proteção da vida comunitária, à continuidade cultural e à participação política, configurando trajetórias nas quais território, organização social e atuação feminina se encontram diretamente interligados.

3.3.2. Custo da Mobilidade: Aldeia, Cidade e Espaços de Decisão

A mobilidade entre aldeia e cidade constitui um fator determinante para a participação política e escolar das mulheres indígenas em Rondônia, pois envolve custos financeiros, logísticos e sociais que condicionam o acesso a espaços institucionais. O deslocamento para reuniões, conferências e instituições de ensino depende de infraestrutura e recursos que nem sempre estão disponíveis, o que limita a presença feminina nesses ambientes. Nesse sentido, Luciano (2006) aponta que a inserção indígena em contextos externos exige adaptações que envolvem deslocamento e reorganização da vida comunitária.

No contexto territorial de Rondônia, muitas terras indígenas se localizam em áreas de difícil acesso, o que implica trajetos longos e custos elevados para chegar aos centros urbanos. Essa condição influencia diretamente a frequência em atividades políticas e educacionais, pois o deslocamento pode demandar dias de viagem. Dados do ISA (2024) evidenciam a dispersão territorial dos povos indígenas no estado, o que amplia as dificuldades logísticas de circulação.

Os custos de transporte representam um obstáculo central, uma vez que muitas comunidades não dispõem de recursos próprios para financiar deslocamentos frequentes. A dependência de apoio institucional limita a autonomia das mulheres na participação política. Nesse cenário, Neves (2012) destaca que a implementação de políticas educacionais indígenas enfrenta desafios estruturais, incluindo limitações de acesso físico às instituições.

Assim, a mobilidade constitui uma dimensão relevante das condições de permanência no ensino superior, sobretudo entre estudantes indígenas vinculados a instituições como a UNIR e o IFRO. Nesse contexto, a trajetória universitária não se restringe à inserção no espaço acadêmico, mas envolve a manutenção dos vínculos com os territórios, as comunidades e as formas próprias de pertencimento. Esse duplo pertencimento evidencia que a formação universitária do estudante indígena se articula aos vínculos mantidos com sua comunidade de origem. Nesse contexto, os deslocamentos entre aldeia e cidade revelam que a permanência acadêmica envolve dimensões territoriais, econômicas, sociais e culturais.

O cuidado com os filhos constitui outro fator que limita a mobilidade, pois muitas mulheres indígenas acumulam responsabilidades familiares que dificultam a participação em atividades externas. A ausência de políticas de apoio à maternidade intensifica essa condição, o que pode ser analisado à luz da crítica de Matos, que propõe um “novo frame do Sul global” (Matos, 2010, p. 69), considerando as especificidades sociais e culturais das mulheres.

A segurança no trajeto também interfere na mobilidade, sobretudo em regiões marcadas por conflitos territoriais. O deslocamento pode

expor mulheres indígenas a situações de risco, o que influencia sua participação em eventos fora da aldeia. Os relatórios do CIMI (2024) indicam que a violência em territórios indígenas permanece elevada, afetando a circulação e a segurança das comunidades.

As políticas públicas reconhecem parcialmente essas dificuldades, ao indicar a necessidade de considerar condições específicas de acesso. A FUNAI, em suas diretrizes educacionais, aponta que o ensino deve responder às demandas das comunidades, incluindo aspectos de deslocamento e permanência; entretanto, a efetivação dessas políticas ainda enfrenta limitações práticas.

A participação em campanhas eleitorais e espaços institucionais exige presença contínua, o que depende diretamente da mobilidade. A limitação de deslocamento reduz a visibilidade das candidaturas indígenas e dificulta a construção de redes políticas. Sacchi (2008) observa que a participação feminina no movimento indígena envolve a necessidade de superar barreiras estruturais para acessar espaços de decisão.

A articulação coletiva surge como estratégia para enfrentar essas limitações, permitindo a organização de deslocamentos e o compartilhamento de recursos. Nessa perspectiva, Kaxuyana; Ferreira (2019) indicam que as mulheres indígenas constroem redes de apoio que possibilitam sua atuação política, mesmo diante de restrições logísticas e financeiras.

O custo da mobilidade se configura, portanto, como elemento estruturante da participação política e escolar das mulheres indígenas em Rondônia, pois envolve transporte, recursos financeiros, cuidado familiar e segurança, compondo um conjunto

de condições materiais que influenciam diretamente o acesso a direitos e a inserção em espaços institucionais, como também apontado por Bergamaschi *et al.* (2018) ao discutir permanência e deslocamento.

3.3.3. Violência Política de Gênero e Racismo Institucional

A violência política de gênero se manifesta como um conjunto de práticas que limitam a participação das mulheres indígenas em espaços institucionais, incluindo câmaras municipais, associações e partidos. Essas práticas envolvem interrupção de fala, deslegitimação e exclusão simbólica, restringindo a atuação política feminina. Nesse sentido, Biroli (2016) analisa que a violência política atua por mecanismos que reduzem a participação das mulheres mesmo na ausência de agressões físicas diretas.

No contexto indígena, essas formas de violência se articulam ao racismo institucional, que se expressa na desvalorização de saberes tradicionais e na imposição de critérios externos de legitimidade política. Esse processo pode ser compreendido a partir de Segato (2012), que indica que a colonialidade reorganiza relações sociais e produz hierarquias que afetam diretamente a posição das mulheres indígenas nos espaços de poder. Essa perspectiva permite compreender que as experiências das mulheres indígenas são atravessadas simultaneamente por gênero, etnia e território. Desse modo, as situações de violência devem ser analisadas a partir das particularidades históricas, sociais e culturais que constituem suas realidades, evitando interpretações universalizantes.

Os dados recentes reforçam esse cenário ao indicar o aumento de registros de violência contra mulheres em Rondônia. Segundo o

Governo Federal, por meio do balanço da Central Ligue 180, foram registrados 3.922 atendimentos no estado em 2024, representando crescimento expressivo em relação ao ano anterior (Brasil, 2024). Esse aumento evidencia a persistência da violência de gênero e a ampliação dos canais de denúncia.

Ainda de acordo com o mesmo relatório, foram contabilizadas 606 denúncias formais em Rondônia em 2024, com predominância de casos ocorridos no ambiente doméstico (Brasil, 2024). Esse dado permite relacionar a violência política à violência doméstica, especialmente quando mulheres que ampliam sua atuação pública enfrentam reações no espaço privado, como também observa Sacchi (2008) ao tratar das tensões na participação feminina indígena.

No plano institucional, iniciativas conjuntas entre o Ministério Público de Rondônia (MP-RO), a Ordem dos Advogados do Brasil em Rondônia (OAB-RO) e o Tribunal de Contas do Estado (TCE-RO) indicam a criação de estratégias para enfrentamento da violência contra mulheres, incluindo ações voltadas ao combate ao feminicídio (TCE-RO, 2024). Essa articulação demonstra o reconhecimento institucional da violência como problema estrutural.

Dados do Governo de Rondônia indicam que, em 2024, houve redução de 26,32% nos casos de feminicídio no estado, embora os índices de violência contra mulheres permaneçam elevados (Rondônia, 2024). Esse cenário evidencia a coexistência de avanços institucionais e permanência de práticas violentas, o que impacta diretamente a participação política feminina.

No contexto indígena, a violência política se intensifica em situações de conflito territorial, nas quais lideranças femininas passam a ser alvo de ameaças e constrangimentos. Os relatórios do Conselho Indigenista Missionário indicam que conflitos em terras indígenas aumentam a exposição de lideranças a riscos, afetando especialmente mulheres que atuam publicamente (CIMI, 2024).

A relação entre corpo, território e violência também é destacada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, ao afirmar [...] “vidas, corpos e territórios” [...] (APIB, 2021, p. 6), indicando que a violência política atinge dimensões físicas, culturais e simbólicas da existência indígena.

A violência política de gênero e o racismo institucional se configuram, portanto, como condições que limitam a participação das mulheres indígenas, ao mesmo tempo em que evidenciam a necessidade de articulação entre políticas públicas, proteção institucional e organização coletiva, na medida em que essas mulheres enfrentam práticas de exclusão enquanto constroem formas de atuação política, como também indicam Segato (2012) e Matos (2010) ao analisarem as relações entre gênero, poder e desigualdade.

3.4. Redes, Organizações e Movimentos: A Dimensão Coletiva da Organização

3.4.1. Associações de Mulheres Indígenas em Rondônia: Histórico e Pautas

A organização coletiva das mulheres indígenas em Rondônia se desenvolve a partir de demandas concretas relacionadas à sobrevivência, à saúde, à educação e à defesa territorial, constituindo

associações que articulam práticas tradicionais e estratégias políticas. Essas organizações não surgem de forma isolada, mas se inserem em redes mais amplas do movimento indígena, como indica a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, que reúne associações locais, incluindo organizações de mulheres, professores e estudantes indígenas na região amazônica.

No plano histórico, as primeiras iniciativas de organização feminina indígena na Amazônia Ocidental aparecem na década de 1990, associadas à necessidade de participação política e reconhecimento dentro do próprio movimento indígena. A criação do Grupo de Mulheres Indígenas (GMI) em 1996 expressa essa demanda por protagonismo, ao buscar espaço para atuação em temas específicos relacionados às mulheres. Esse movimento indica que a organização feminina surge inicialmente como resposta à invisibilidade interna.

A partir dos anos 2000, observa-se a institucionalização dessas iniciativas por meio da criação de associações formalizadas, como a SITOAKORE, fundada em 2005, que atua no Acre, sul do Amazonas e noroeste de Rondônia. Essa organização surge com o objetivo de fortalecer a participação das mulheres indígenas em diferentes áreas, incluindo economia, saúde e representação política. Esse processo evidencia a transição de grupos informais para estruturas organizativas mais consolidadas.

No caso específico de Rondônia, a criação da Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia (AGIR), em 2015, marca um avanço na organização política feminina no estado. A associação reúne mulheres de 56 povos indígenas e atua na promoção de debates, capacitações e articulações políticas, buscando ampliar o

protagonismo feminino em diferentes níveis. Essa experiência indica a diversidade étnica envolvida na organização coletiva.

As pautas dessas associações se estruturam a partir de demandas interligadas, incluindo defesa territorial, combate à violência, acesso à saúde e fortalecimento da educação. A atuação em áreas como artesanato, plantas medicinais e segurança alimentar demonstra que a organização política se articula às práticas cotidianas das mulheres, como também evidenciado nas ações da SITOAKORE; nesse sentido, a política emerge da própria experiência social.

A relação entre organização e formação política se manifesta na realização de oficinas, encontros e capacitações, que funcionam como espaços de aprendizagem coletiva. Ainda nesse perspectiva, a COIAB promove encontros e oficinas voltados ao fortalecimento das redes de mulheres indígenas, com foco na construção de estratégias de enfrentamento à violência e na formação de lideranças. Esses espaços contribuem para a circulação de informações e para a articulação regional.

As associações também desempenham papel importante no acesso a editais e políticas públicas, pois funcionam como mediadoras entre comunidades e instituições externas. A formalização jurídica dessas organizações permite a participação em projetos financiados por órgãos governamentais e organismos internacionais, ampliando o alcance das ações desenvolvidas. Esse processo fortalece a autonomia econômica e política das mulheres.

A inserção dessas associações em redes mais amplas, como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, possibilita a conexão entre pautas locais e agendas nacionais. Essa articulação amplia a

visibilidade das demandas das mulheres indígenas e permite a participação em mobilizações de maior escala, consolidando a atuação política coletiva. Nesse cenário, a organização local se conecta a estruturas mais amplas de representação.

As associações de mulheres indígenas em Rondônia se constituem, portanto, a partir de demandas específicas, que envolvem território, saúde, educação e direitos sociais, organizando-se em diferentes níveis e formatos. A atuação dessas organizações evidencia que a formação política feminina se desenvolve por meio da prática coletiva, da articulação em rede e da inserção em políticas públicas, configurando um campo em que experiência social e ação política se encontram de forma contínua.

3.4.2. Articulações Estaduais e Nacionais: APIB, COIAB e Departamentos de Mulheres

As articulações estaduais e nacionais constituem um elemento relevante para compreender a ampliação da participação política das mulheres indígenas em Rondônia, pois permitem a conexão entre demandas locais e agendas mais amplas do movimento indígena. A inserção em redes como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) possibilita que lideranças locais acessem espaços de debate, formação e visibilidade, fortalecendo sua atuação política. Nesse sentido, Sacchi (2008) aponta que a organização das mulheres indígenas se consolida a partir da articulação entre níveis locais e instâncias mais amplas do movimento.

A COIAB, criada no final da década de 1980, atua como uma das principais organizações regionais da Amazônia, reunindo diversas entidades indígenas e promovendo ações voltadas à defesa territorial, educação e direitos sociais. A participação de mulheres nesses espaços ocorre por meio de departamentos específicos, que organizam encontros e oficinas voltadas à formação política e ao enfrentamento da violência de gênero (COIAB); isso posto, essa estrutura permite a circulação de experiências entre diferentes povos da região.

A APIB, fundada em 2005, representa um marco na articulação nacional dos povos indígenas, conectando organizações regionais e promovendo mobilizações em âmbito federal e internacional. A inserção de mulheres indígenas nesse espaço amplia a visibilidade de suas pautas, especialmente em temas como território, saúde e violência. O Dossiê Internacional de Mulheres Indígenas reforça essa articulação ao destacar [...] “vidas, corpos e territórios” [...] (APIB, 2021, p. 6), evidenciando a centralidade dessas dimensões na atuação política feminina.

A participação em redes maiores contribui para a formação política das mulheres indígenas, uma vez que possibilita o acesso a informações, estratégias de mobilização e experiências de outras regiões. Assim, Kaxuyana; Ferreira (2019) indicam que essas trocas fortalecem lideranças locais, permitindo que mulheres articulem conhecimentos tradicionais e práticas institucionais em sua atuação política.

Essas articulações também ampliam a capacidade de incidência política, pois permitem que demandas locais sejam levadas a instâncias nacionais e internacionais. A atuação conjunta em

mobilizações, como acampamentos e encontros nacionais, contribui para a construção de agendas coletivas e para a visibilidade das pautas indígenas, o que reforça o papel das mulheres nesses processos (APIB, 2021).

Entretanto, a inserção em redes mais amplas também envolve tensões entre agendas locais e nacionais, uma vez que as prioridades das comunidades nem sempre coincidem com as pautas definidas em nível nacional; pois para Sacchi (2008), observa que, a participação das mulheres indígenas exige negociação constante entre demandas específicas e agendas mais amplas do movimento indígena.

No contexto de Rondônia, essa articulação permite que lideranças femininas participem de espaços regionais e nacionais, ampliando sua atuação para além das aldeias. A conexão com organizações como COIAB facilita o acesso a projetos, formações e recursos, o que contribui para o fortalecimento das associações locais e para a ampliação da participação política (COIAB).

A presença de departamentos de mulheres dentro dessas organizações representa um avanço na institucionalização da participação feminina, pois cria espaços específicos para discussão de pautas de gênero - onde Kaxuyana; Ferreira (2019) destacam que essas estruturas permitem que mulheres indígenas formulem suas próprias agendas, articulando questões de gênero com demandas territoriais e culturais.

Ao mesmo tempo, a participação nessas redes exige deslocamento, tempo e recursos, o que pode limitar a presença de algumas lideranças, especialmente aquelas que vivem em territórios mais

isolados. Essa condição evidencia que a inserção em articulações mais amplas depende também de condições materiais, o que influencia a representatividade das mulheres indígenas nesses espaços.

As articulações estaduais e nacionais se configuram, portanto, como espaços de fortalecimento político das mulheres indígenas, ao promover troca de experiências, formação e visibilidade, ao mesmo tempo em que revelam tensões entre diferentes níveis de organização, na medida em que as lideranças precisam conciliar demandas locais com agendas coletivas mais amplas, como também indicam Sacchi (2008) e Kaxuyana; Ferreira (2019).

3.4.3. Parcerias com Universidades, ONGs e Ministério Público

As parcerias entre comunidades indígenas, universidades, organizações não governamentais e instituições públicas constituem um elemento relevante na organização política das mulheres indígenas em Rondônia, pois viabilizam acesso a formação, assessoria jurídica e projetos de extensão. Essas articulações se desenvolvem, sobretudo, a partir de demandas concretas relacionadas à educação, território e direitos sociais. Nesse sentido, Grupioni (2006) destaca que a política de educação escolar indígena se consolida por meio de trajetórias institucionais que envolvem diferentes atores e formas de cooperação.

No campo universitário, os projetos de extensão assumem papel importante ao aproximar instituições de ensino superior das comunidades indígenas, promovendo ações voltadas à formação política, à produção de conhecimento e ao fortalecimento organizacional. Logo, Bergamaschi *et al.* (2018) indicam que a

presença indígena na universidade se articula à construção de redes de apoio que envolvem ensino, pesquisa e extensão, o que contribui para a permanência e para a atuação política das estudantes.

Essas iniciativas incluem cursos de formação, oficinas, assessoria técnica e elaboração de projetos, que permitem às mulheres indígenas acessar instrumentos institucionais e ampliar sua capacidade de interlocução com o Estado. A atuação das universidades nesse contexto se relaciona à formação docente e à valorização de saberes indígenas, como também aponta Grupioni (2006) ao tratar da necessidade de repensar trajetórias de formação de professores indígenas.

Entretanto, a universidade não se configura apenas como espaço de apoio, pois também reproduz desigualdades e práticas de exclusão. Sendo assim, Bergamaschi *et al.* (2018) apontam que estudantes indígenas enfrentam dificuldades relacionadas ao racismo institucional e à desvalorização de seus saberes, o que evidencia limites na atuação dessas parcerias e na construção de ambientes acadêmicos mais inclusivos.

As organizações não governamentais atuam como mediadoras entre comunidades indígenas e instituições públicas, desenvolvendo projetos voltados à saúde, educação e fortalecimento territorial. Essas parcerias permitem o acesso a recursos financeiros e técnicos, ampliando a capacidade de atuação das mulheres indígenas. Nesse contexto, o Decreto nº 6.040/2007 reconhece a importância da participação de diferentes atores na promoção do desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais (Brasil, 2007).

A atuação do Ministério Público, especialmente em âmbito estadual, se concentra na defesa de direitos coletivos, incluindo questões relacionadas a território, educação e proteção de lideranças. A assessoria jurídica oferecida por essas instituições contribui para a formalização de demandas e para o enfrentamento de violações de direitos, o que fortalece a atuação política das mulheres indígenas - onde a FUNAI também atua nesse campo ao articular políticas voltadas à educação e à proteção territorial.

Essas parcerias também influenciam processos de escolarização tardia, nos quais lideranças indígenas buscam formação formal em momentos posteriores da vida, com o objetivo de fortalecer sua atuação política. Isso posto, Bergamaschi *et al.* (2018) indicam que a trajetória educacional indígena não segue necessariamente o percurso linear esperado pelas instituições, o que reforça a importância de políticas flexíveis e adaptadas às realidades locais.

Ao mesmo tempo, a dependência de recursos externos pode limitar a autonomia das organizações indígenas, especialmente quando projetos são descontinuados ou condicionados a agendas institucionais. Nessa perspectiva, Grupioni (2006) aponta que a construção de políticas educacionais indígenas exige equilíbrio entre apoio institucional e respeito às formas próprias de organização dos povos indígenas.

A relação entre autonomia e dependência se manifesta também na definição de prioridades, pois parcerias podem direcionar ações para áreas específicas, nem sempre alinhadas às demandas locais. Nesse contexto, a atuação das mulheres indígenas envolve negociação constante com instituições externas, buscando garantir que suas pautas sejam respeitadas.

As parcerias com universidades, ONGs e Ministério Público se configuram, portanto, como instrumentos que ampliam o acesso a formação, recursos e direitos, ao mesmo tempo em que apresentam limites relacionados à dependência institucional e à reprodução de desigualdades, evidenciando a necessidade de articulação entre apoio externo e autonomia comunitária, como também indicam Bergamaschi *et al.* (2018) e Grupioni (2006).

3.5. Trajetórias Cruzadas: Escola e Política Como Projetos de Vida

3.5.1. Escolarização Como Estratégia Política

A escolarização das mulheres indígenas em Rondônia pode ser compreendida como uma estratégia política vinculada à defesa de direitos coletivos, na medida em que o acesso ao conhecimento formal permite a interlocução com instituições estatais e a participação em espaços de decisão. Esse processo não se limita à busca individual por formação, mas se articula a projetos comunitários mais amplos. Nesse sentido, Luciano (2006) aponta que a escola, no contexto indígena, passa a ser apropriada como necessidade pós-contato, vinculada à mediação entre mundos distintos.

Os relatos reunidos por Kaxuyana e Ferreira evidenciam que muitas mulheres indígenas buscam a escolarização com o objetivo explícito de ‘defender o povo’, compreendendo o diploma como instrumento de atuação política (Kaxuyana; Ferreira, 2019). Essa formulação indica que a educação formal assume uma função prática, relacionada à capacidade de compreender leis, elaborar documentos e dialogar com agentes externos.

A escolarização, nesse contexto, atua como mecanismo de tradução entre sistemas de conhecimento, permitindo que lideranças indígenas interpretem e comuniquem demandas comunitárias em linguagem institucional. Oliveira (2017), ao analisar trajetórias de mulheres Arara-Karo e Gavião em Rondônia, demonstra que a formação escolar se articula diretamente à atuação política, especialmente na mediação com órgãos públicos e organizações externas.

A experiência no ensino superior reforça essa dimensão estratégica, pois amplia o domínio de instrumentos técnicos e administrativos. Bergamaschi *et al.* (2018) indicam que a presença indígena na universidade envolve a construção de competências voltadas à atuação política, incluindo elaboração de projetos e participação em processos decisórios, o que fortalece a capacidade de incidência das lideranças.

A escolarização também se relaciona à ocupação de cargos em associações, conselhos e instituições públicas, nos quais o domínio da língua portuguesa e de conhecimentos formais se torna requisito para atuação. Assim, Luciano (2006) destaca que a inserção indígena em espaços institucionais depende da capacidade de transitar entre diferentes sistemas de conhecimento, o que reforça o papel da educação formal. Ao mesmo tempo, esse processo não implica abandono dos saberes tradicionais, pois a formação escolar se articula à experiência comunitária. Pois, Kaxuyana; Ferreira (2019) indicam que as mulheres indígenas constroem trajetórias que combinam conhecimento acadêmico e saberes ancestrais, o que amplia sua atuação sem romper com suas referências culturais.

A escolarização tardia constitui elemento importante nesse contexto, pois muitas lideranças iniciam ou retomam seus estudos em fases posteriores da vida, motivadas por demandas políticas e comunitárias. Nesse contexto, Oliveira (2017) demonstra que esse percurso não segue o modelo linear da educação formal, mas responde a necessidades específicas de atuação política. Para tanto, a relação entre escolarização e política se evidencia também na participação em processos eleitorais e em instâncias de representação, nos quais o diploma pode ser reconhecido como critério de legitimidade; assim, Bergamaschi *et al.* (2018) apontam que a formação acadêmica contribui para a construção de autoridade política, especialmente em contextos de interlocução com o Estado.

Entretanto, a inserção em espaços institucionais pode gerar tensões com formas tradicionais de liderança, exigindo negociação entre diferentes critérios de reconhecimento. Luciano (2006) indica que a atuação política indígena envolve a articulação entre estruturas comunitárias e instituições externas, o que se reflete nas trajetórias das mulheres escolarizadas.

3.5.2. Política Como Continuidade da Luta Pelo Território e Pela Cultura

A participação política institucional das mulheres indígenas se desenvolve como continuidade direta das lutas territoriais e culturais, na medida em que candidaturas e mandatos passam a ser utilizados como instrumentos de defesa coletiva. Esse movimento se intensifica a partir da década de 2010, quando o registro étnico-racial pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) passa a evidenciar a presença indígena nas eleições. Logo, Sacchi (2008) já indicava que a

organização política feminina indígena se estrutura a partir de demandas coletivas, e não de projetos individuais.

Os dados eleitorais mostram um crescimento significativo das candidaturas indígenas, refletindo essa ampliação da atuação política. Em 2014, havia 85 candidaturas indígenas registradas, número que chegou a 186 em 2022, representando aumento de mais de 100% no período. Esse crescimento indica que a política institucional passa a ser compreendida como extensão das formas de luta já desenvolvidas nos territórios, especialmente em contextos de conflito.

A participação feminina acompanha esse processo de expansão, com aumento expressivo das candidaturas de mulheres indígenas. Entre 2014 e 2022, o número de mulheres indígenas candidatas passou de 29 para 85, o que representa crescimento de 193%. Esse dado evidencia que as lideranças femininas, já atuantes nas comunidades, passam a ocupar também o espaço eleitoral como forma de ampliar a defesa de seus povos. A atuação política dessas mulheres se vincula diretamente às pautas territoriais, sobretudo em contextos de pressão sobre terras indígenas. Os relatórios do CIMI indicam que conflitos fundiários e invasões continuam sendo recorrentes, o que leva lideranças a buscar espaços institucionais como forma de enfrentamento (CIMI, 2024); portanto, a política não se apresenta como esfera separada, mas como continuidade da luta territorial.

A análise de Silva (2016) contribui para compreender que os mandatos exercidos por mulheres indígenas frequentemente mantêm vínculos com formas coletivas de decisão, o que se aproxima de práticas comunitárias. A autora observa que a política

no feminino indígena se organiza por meio de redes e relações coletivas, nas quais a liderança se constrói em diálogo com a comunidade.

A proposta de ‘aldear a política’, difundida pela APIB, expressa essa articulação entre território e institucionalidade, ao buscar inserir as pautas indígenas nos espaços formais de poder. Esse movimento indica que a política institucional é apropriada como estratégia de defesa, sem desvinculação das formas tradicionais de organização.

Os mandatos coletivos e as práticas de prestação de contas às comunidades se consolidam como características dessas experiências políticas. Lideranças indígenas frequentemente mantêm reuniões periódicas com suas bases, garantindo que decisões políticas estejam alinhadas às demandas coletivas. Esse modelo reforça a continuidade entre organização comunitária e atuação institucional, como também indicado por Sacchi (2008). Assim, a base de dados do ISA evidencia que os povos indígenas em Rondônia apresentam diversidade territorial e populacional, o que implica diferentes estratégias de atuação política (ISA, 2024). Nesse cenário, a participação em conselhos, associações e cargos eletivos se ajusta às condições específicas de cada território, mantendo como eixo comum a defesa da terra.

A articulação entre cultura e política também se manifesta na incorporação de elementos culturais nas práticas institucionais, incluindo o uso de línguas indígenas, referências territoriais e formas coletivas de decisão, pois a APIB (2021) sintetiza essa relação ao afirmar ‘vidas, corpos e territórios’, indicando que a atuação política se vincula à preservação cultural e à existência dos povos. Logo, a política como continuidade da luta pelo território e pela cultura se

configura, portanto, como processo em que candidaturas, mandatos e participação institucional se articulam às práticas comunitárias, expressando estratégias de defesa coletiva que se expandem para os espaços formais, ao mesmo tempo em que mantêm vínculos com a organização social indígena, como também analisam Sacchi (2008) e Silva (2016).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permite compreender que a trajetória política e escolar das mulheres indígenas em Rondônia não pode ser interpretada de maneira fragmentada ou linear. Educação, território, cultura, organização social, políticas públicas e movimentos sociais constituem dimensões interdependentes, atravessadas por processos históricos de contato, deslocamento, resistência e reorganização comunitária. Nesse percurso, a atuação feminina se constitui tanto nos espaços tradicionais de transmissão dos saberes quanto nas instituições escolares e políticas, demonstrando que a educação indígena ultrapassa os limites da escolarização formal e permanece vinculada à oralidade, aos rituais, à convivência intergeracional e às responsabilidades comunitárias.

A perspectiva histórica apresentada evidencia que as transformações experimentadas pelos povos indígenas de Rondônia produziram impactos sobre as formas de organização social e, conseqüentemente, sobre as trajetórias das mulheres. Os conflitos geracionais identificados nesse processo não devem ser compreendidos simplesmente como oposição entre tradição e modernidade. A ampliação da escolarização, a circulação das jovens por espaços institucionais e a incorporação de novos conhecimentos

modificam relações de autoridade, ao mesmo tempo em que as anciãs continuam ocupando posição fundamental na preservação da memória, da língua e das práticas culturais. Nesse sentido, as transformações observadas não significam necessariamente abandono da tradição, mas sua reconfiguração diante de novas circunstâncias históricas e sociais.

A escola indígena ocupa posição particularmente importante nessa dinâmica. Sua presença no território favorece o acesso à educação sem exigir, necessariamente, o afastamento das mulheres de suas comunidades, criando possibilidades de articulação entre formação escolar, pertencimento territorial e participação coletiva. O próprio desenvolvimento das políticas educacionais analisadas demonstra a ampliação da presença da escola e dos processos formativos nas comunidades, embora essa expansão permaneça acompanhada por desafios relacionados à infraestrutura, à permanência, à formação docente e à adequação das políticas às especificidades socioculturais. Assim, a escolarização apresenta-se simultaneamente como direito, instrumento de interlocução institucional e espaço de negociação entre diferentes sistemas de conhecimento.

Essa relação torna-se ainda mais significativa quando se considera que a escolarização das mulheres indígenas não elimina os conhecimentos produzidos e transmitidos no interior das comunidades. Ao contrário, o estudo evidencia uma coexistência entre saberes tradicionais e conhecimentos escolares, na qual a formação acadêmica pode ampliar as possibilidades de atuação junto às instituições externas sem necessariamente romper os vínculos comunitários. As políticas de acesso e permanência no ensino superior, a formação continuada de professores indígenas e os espaços educacionais e culturais de intercâmbio aparecem, nesse

quadro, como elementos capazes de fortalecer a autonomia das comunidades e ampliar a participação feminina.

O território, por sua vez, revela-se inseparável dessas trajetórias. A terra não aparece apenas como delimitação espacial ou jurídica, mas como condição para a continuidade das práticas sociais e culturais e para a própria organização coletiva. Desse modo, a defesa territorial integra diretamente a atuação política das mulheres indígenas. A estabilidade territorial favorece a continuidade das práticas comunitárias, enquanto as situações de invasão, exploração ilegal e ameaça produzem efeitos sobre a segurança das lideranças e sobre a continuidade das atividades educacionais e políticas. A relação entre mulheres, território e organização coletiva constitui, portanto, um dos eixos centrais para compreender as formas de participação analisadas.

Os movimentos, associações e redes indígenas também se mostram fundamentais para a ampliação dessa participação. As articulações estabelecidas em diferentes escalas possibilitam troca de experiências, formação política e construção de pautas coletivas, conectando demandas relacionadas à educação, à saúde, ao território e aos direitos sociais. Nesse processo, a atuação feminina ultrapassa os limites locais sem perder sua vinculação comunitária, pois a participação em redes mais amplas se relaciona diretamente à defesa da existência coletiva. Dessa maneira, escola, participação política e organização comunitária não constituem campos independentes, mas espaços que se articulam e se fortalecem mutuamente.

Entretanto, os fatores que favorecem a organização coexistem com condições que produzem desmobilização e dificultam a

continuidade das trajetórias escolares e políticas. A violência territorial, a distância entre aldeias e centros urbanos, os custos e dificuldades de mobilidade, a precariedade da infraestrutura e a presença desigual do Estado interferem diretamente nas possibilidades concretas de participação. Essas limitações demonstram que o acesso formal a direitos não garante, por si mesmo, condições efetivas para seu exercício, sobretudo quando as políticas públicas não consideram suficientemente as especificidades territoriais, culturais e sociais das comunidades indígenas.

A atuação do Estado apresenta-se, assim, de maneira contraditória ao longo das trajetórias analisadas. De um lado, o reconhecimento constitucional dos direitos indígenas e a consolidação de políticas de Educação Escolar Indígena ampliaram possibilidades de formação e participação. De outro, permanecem desigualdades estruturais relacionadas à permanência escolar, à mobilidade, à formação de professores e à adequação das ações institucionais às realidades socioculturais. Essa condição demonstra que a efetividade das políticas depende não apenas de sua existência normativa, mas de sua capacidade de dialogar com os territórios, com as comunidades e com as formas próprias de produção e transmissão dos conhecimentos.

Nesse contexto, a relação entre diferentes gerações de mulheres adquire importância particular. Enquanto as anciãs permanecem como referências na preservação da memória, da língua, das práticas culturais e dos conhecimentos comunitários, as mulheres mais jovens passam a circular com maior intensidade por escolas, instituições e espaços políticos. A aproximação dessas experiências pode constituir uma forma de continuidade cultural, desde que os

conhecimentos escolares não sejam compreendidos como substitutos dos saberes tradicionais. O próprio material analisado demonstra que as tensões geracionais podem produzir negociação, adaptação e reinterpretação, e não necessariamente ruptura.

Dessa forma, um dos resultados centrais desta análise consiste na compreensão de que a trajetória das mulheres indígenas em Rondônia se configura como negociação permanente. As mulheres transitam entre cultura, território, escola, Estado e redes coletivas, articulando demandas comunitárias e possibilidades institucionais em percursos marcados por condições históricas e estruturais específicas. A escolarização pode constituir instrumento de interlocução com o Estado; as redes coletivas podem ampliar a capacidade de mobilização; e os conhecimentos tradicionais permanecem como elementos constitutivos do pertencimento e da continuidade comunitária. Esses movimentos não seguem uma direção única, mas são continuamente reorganizados de acordo com as condições concretas encontradas pelas mulheres.

Consideramos que, compreender a participação política e escolar das mulheres indígenas em Rondônia exige superar interpretações que separem educação, cultura, território e política. Os dados e as discussões reunidos no estudo mostram precisamente o contrário: essas dimensões se constituem mutuamente. A participação feminina se fortalece quando existem escola no território, condições de permanência, proteção territorial, formação adequada e redes coletivas; e se fragiliza diante da violência, da precariedade da mobilidade, da insuficiência de infraestrutura e da descontinuidade da atuação estatal.

Por fim, o estudo permite reconhecer as mulheres indígenas não apenas como participantes de políticas educacionais ou movimentos sociais, mas como sujeitos que articulam conhecimentos, experiências, pertencimentos e formas de organização. Seu protagonismo manifesta-se na transmissão cultural, na educação, na defesa territorial, na formação de lideranças, na interlocução com o Estado e na mobilização coletiva. É justamente na articulação entre conhecimentos tradicionais, escolarização, políticas públicas, pertencimento territorial e organização comunitária que suas trajetórias adquirem sentido. Assim, a continuidade das comunidades indígenas de Rondônia encontra-se diretamente relacionada à capacidade de preservar e transmitir seus saberes, assegurar seus territórios e fortalecer condições para que diferentes gerações de mulheres participem da construção de seus próprios processos educativos, políticos e sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de Quilombo, Terras Indígenas, “Babaçuais Livres”, “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundos de Pasto:** terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.

APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. **Dossiê Internacional de Mulheres Indígenas.** Brasília: APIB, 2021.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; SOUSA, Fernanda Brabo. **Territórios etnoeducacionais:** ressitando a educação escolar indígena no Brasil. Pro-Posições, Campinas, v. 26, n. 2, p. 143–161, 2015.

Disponível

em:

<https://www.scielo.br/j/pp/a/PYYK9HsBdYLszLm4gG7LXKh/?lang=pt>.

Acesso em: 18 ago. 2026.

BIROLI, Flávia. Violência política de gênero no Brasil: uma análise da legislação e de casos recentes. **Revista Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 557-589, 2016. Disponível em: https://scholar.google.com/citations?user=Q1l_T6sAAAAJ&hl=pt-BR.

Acesso em: 22 ago. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: Presidência da República, 2007.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Lei de Cotas**. Brasília: Presidência da República, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas – RCNEI**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário. **Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil**. Brasília: CIMI, publicação anual (s/d).

COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira. **Documentos e cartas do Departamento de Mulheres Indígenas**. Manaus: COIAB, s/d.

FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas. **Portaria nº 849, de 2009**. Brasília: FUNAI, 2009.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Contextualizando o campo da educação escolar indígena**. In: GRUPIONI, L. D. B. (Org.). Formação

de professores indígenas: repensando trajetórias. Brasília: MEC/UNESCO, 2006. p. 39-68.

ISA - Instituto Socioambiental. **Povos Indígenas no Brasil**: Rondônia. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org>. Acesso em: 7 set. 2026.

KAXUYANA, Valéria Paye; FERREIRA, Mariana Kawall Leal. **Nós, mulheres indígenas**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2019.

LUCIANO, Gersem dos Santos Baniwa. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006.

MATOS, Marlise. **Movimento e teoria feminista**: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/issue/view/1499>. Acesso em: 10 ago. 2026.

MEIRELES, Denise Maldi. **Povos indígenas de Rondônia**. Porto Velho: EDUFRO, 1983.

NEVES, Lino João de Oliveira. Desafios da educação escolar indígena em Rondônia. **Revista SURES**, n. 1, 2012.

OLIVEIRA, Assis da Costa. **Educação escolar indígena e protagonismo feminino**: um estudo com mulheres Arara-Karo e Gavião de Rondônia. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

POTIGUARA, Eliane. **Metade cara, metade máscara**. 3. ed. Rio de Janeiro: Grumin, 2018.

RONDÔNIA. Secretaria de Estado da Educação. **Diagnóstico da educação escolar indígena em Rondônia**. Porto Velho: SEDUC, 2022.

SACCHI, Ângela. **Mulheres indígenas e participação política**: a luta por direitos e o protagonismo feminino. *In*: VERDUM, Ricardo (Org.). Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas. Brasília: INESC, 2008. p. 95-120.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos CES**, Coimbra, n. 18, p. 106-131, 2012.

SILVA, Edilene Coffaci de. **A política no feminino**: uma etnografia das mulheres indígenas e o poder. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

¹ LATTES: <http://lattes.cnpq.br/9648583745536616>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8255-751X>. Professor Titular no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, *campus* Cacoal-RO. Acadêmico do Curso de Direito, do Centro Universitário Mauricio de Nassau (UNINASSAU), *campus* Cacoal-RO. Licenciado em Letras Português/Inglês/Literaturas (UNEB/FFCLC). Licenciado em História (UNICV). Especialista em Língua Portuguesa: Redação e Oratória (CUBM). Especialista em História da Cultura Indígena e Afro-brasileira (FAMART). Especialista em Antropologia Brasileira (FAMART). Especialista em Direito Internacional (FACEO). Mestre em Linguística (UNIR). Mestre em Science in Legal Studies, Emphasis in International Law (MUST). Doutor em Ciências da Educação (UTIC). Doutor em Estudos da Linguagem (UNICAP). Fez estágio pós-

doutoral em Ciências da Educação (UFLO). Fez estágio pós-doutoral em Cartografia Social (UEMA). Professor permanente no PPGL-UNIR; PPGAgro-UNIR; ProfLETRAS-IFRO. Colaborador no PPGL-UNEMAT.

Pesquisador associado ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, PNCSA-UEA (Centro de Ciências e Saberes dos Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro - *Carmelita Nunes da Conceição* 'CARMÉ'). Atualmente coordena o *Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas* (NEABI-IFRO, *campus* Cacoal). Lidera o grupo de pesquisa Língua(gem), Cultura e Sociedade: Saberes e Práticas Discursivas na Amazônia (DGP/CNPq-PDA-IFRO).

Pesquisador na Web of Science Researcher iD: PQA-4188-2026.

Pesquisador, escritor, músico e poeta. Contato: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² LATTES: <http://lattes.cnpq.br/2077300677497872>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8942-3234>. Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista/UNESP, *campus* de Marília/SP, sob a orientação da professora Doutora Tânia Suely Antonelly Marcelino Brabo, no Doutorado Interinstitucional em Educação PPGE/2023, na linha Políticas Educacionais, Gestão de Sistemas e Organizações, Trabalho e Movimentos Sociais. Mestra em Psicologia (UNIR). Especialista em Administração e Gerenciamento Escolar (UNIR). Graduada em História (UNIR). Servidora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), com lotação na Reitoria-PVh (Técnica em Assuntos Educacionais). Faz parte do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Históricos e Literários (DGP-CNPq-IFRO, na linha Educação Inclusiva, Diversidades e Direitos Humanos). Faz parte do grupo de pesquisa Língua(gem), Cultura e Sociedade: Saberes e Práticas Discursivas na Amazônia (PDA), na linha Saberes e Práticas

Discursivas Amazônicas de Povos Tradicionais. Contato: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

³ LATTES: <http://lattes.cnpq.br/3635344091127514>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4307-0650>. Bacharel em Administração de Empresas (FAP). MBA em Planejamento Financeiro para Cooperativas de Crédito (FGV). Mestre em Administração (FEAD). Doutor em Ambiente e Desenvolvimento (UNIVATES). Professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO, *campus* Cacoal. Membro do grupo de pesquisa: Língua(gem), Cultura e Sociedade: Saberes e Práticas Discursivas na Amazônia (DGP-CNPq-IFRO). Membro do grupo de pesquisa: Ecosofias, Paisagens Inventivas (DGP-CNPq-UNIVATES). Membro do *Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas* (NEABI-IFRO, *campus* Cacoal). Contato: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁴ LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4562982800661410>. Bacharela em Direito (Faculdades Integradas de Cacoal - UNESC, RO). Com especialização em: a) Direito Processual Civil e Didática do Ensino Superior (Damásio Educação); b) Direito Processual Previdenciário e Direito previdenciário (Centro Universitário Uni Dom Bosco); c) Direito Civil e Empresarial (Faculdade de Direito Prof. Damásio de Jesus). Mestra em Direitos Humanos (Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, RS). Foi professora substituta na Fundação Universidade Federal de Rondônia, *campus* Cacoal. Faz parte do grupo de pesquisa Língua(gem), Cultura e Sociedade: Saberes e Práticas Discursivas na Amazônia (PDA-CNPq-IFRO), atua nas linhas de pesquisas: 1. *Saberes e Práticas Discursivas Amazônicas de Povos e Comunidades Tradicionais*, especificamente trabalhando com *Indígenas, Quilombolas, Comunidades de*

Terreiros, Ribeirinhos, Agricultores Familiares e outros que compoñham a diversidade amazônica brasileira, bem como 2. *Direitos Humanos, Culturas, Saberes e Linguagens*. Afinidades nos temas: Cidadania; Direitos Humanos; Educação; Estado Democrático; Povos e Comunidades Tradicionais Amazônicas. Contato: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁵ LATTES: <http://lattes.cnpq.br/8537046678523286>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7158-8185>. Docente da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Atua como professor permanente na Pós-Graduação (Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH-UEA) e no Mestrado Profissional em Processos e Tecnologias Educacionais em Rede Nacional (ProfEDUCATEC-UEA). Pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA). Licenciado em Geografia (UNEB). Mestre em Cartografia Social e Ciências Políticas da Amazônia (UEMA). Doutor em Geografia (UNIR). Professor de Geografia (UEA, *campus* Tabatinga-AM). É pesquisador nos Grupos de Pesquisa Laboratório Nova Cartografia Social: Processos de Territorialização, Identidades Coletivas e Movimentos Sociais (UEA); Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia (UEA); Língua(gem), Cultura e Sociedade: Saberes e Práticas Discursivas na Amazônia (PDA, IFRO). Bolsista de Produtividade. Contato: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)